

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Bloqueio de dinheiro em conta de empresa para pagar dívida trabalhista é mantido

☞ TST validou a penhora de valores de conta da empresa executada para garantir o crédito trabalhista.

📌 **Relevância:** Reflete a importância do controle preventivo das obrigações trabalhistas e da gestão patrimonial pelos empregadores.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/bloqueio-de-dinheiro-em-conta-de-empresa-para-pagar-d%C3%ADvida-trabalhista-%C3%A9-mantido>

2. Empresa terá de pagar PLR proporcional a analista de TI que pediu demissão

☞ TST entendeu inválida a cláusula de norma coletiva que exclui do pagamento proporcional da parcela os empregados que pediram demissão ou foram dispensados por justa causa antes do fim do ano-base.

📌 **Relevância:** Abre precedente quanto aos limites dos instrumentos coletivos para dispor sobre PLR. Para o relator, o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal garante esse direito independentemente do tipo de desligamento, considerando-o um direito absolutamente indisponível, que não pode ser suprimido por norma coletiva.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-ter%C3%A1-de-pagar-plr-proporcional-a-analista-de-ti-que-pediu-demiss%C3%A3o>

3. Culpa exclusiva de motorista esmagado por caminhão afasta indenização

☞ O TST afastou a responsabilidade da empresa, reconhecendo a culpa exclusiva do trabalhador.

📌 **Relevância:** Evidencia a importância da boa gestão, por parte do empregador, da documentação relacionada à atividade. A prova documental produzida pela empresa foi capaz de convencer o juízo de que o veículo não apresentava problemas mecânicos e de

que o acidente que resultou na morte do trabalhador decorreu exclusivamente de sua própria conduta.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/culpa-exclusiva-de-motorista-esmagado-por-caminh%C3%A3o-afasta-indeniza%C3%A7%C3%A3o%C2%A0>

4. Descumprimento de funções por uso de celular motiva justa causa

💡 A 17ª Turma do TRT-2 manteve a dispensa por justa causa de trabalhadora que, reiteradamente, desrespeitou as normas internas ao utilizar o celular pessoal fora dos horários permitidos, comprometendo sua produtividade.

📌 **Relevância:** A decisão reforça o poder diretivo do empregador, para disciplinar condutas que afetem a produtividade e a segurança do trabalho.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/descumprimento-de-funcoes-por-uso-de-celular-motiva-justa-causa>

5. Açougue que descumpriu normas de segurança é condenado por crime ocorrido no local

💡 A Justiça do Trabalho condenou empregador a indenizar em danos morais e materiais viúva de trabalhador.

📌 **Relevância:** Serve de alerta para empregadores sobre a importância do cumprimento rigoroso das normas de segurança e medicina do ambiente de trabalho.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/acougue-que-descumpriu-normas-de-seguranca-e-condenado-por-crime-ocorrido-no-local>

6. TRT-2 condena empresa por litigância predatória reversa

💡 Empresa foi condenada por abusar do direito de recorrer ao apresentar ações com o único intuito de atrasar a execução trabalhista.

📌 **Relevância:** Mostra o risco da má-fé processual e destaca a necessidade de uma postura estratégica e ética na condução de litígios trabalhistas.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/trt-2-condena-empresa-por-litigancia-predatoria-reversa>

7. TRT-15 reverte pedido de demissão para rescisão indireta garantindo verbas

☞ A 5ª Câmara entendeu que o pedido de demissão foi provocado por conduta abusiva da empregadora, reconhecendo a rescisão indireta.

📌 **Relevância:** Reforça a responsabilidade do empregador na preservação de um ambiente de trabalho saudável e respeitoso. Condutas abusivas ou desrespeitosas podem ensejar a rescisão indireta e o consequente pagamento de todas as verbas rescisórias, com impacto direto na gestão de passivos trabalhistas.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/5a-camara-reverte-pedido-de-demissao-para-rescisao-indireta-garantindo-verbas>

8. TRT-15 afasta validade de dados de geolocalização e reconhece jornada alegada

☞ A 4ª Câmara considerou insuficiente o uso de geolocalização como prova isolada da jornada de trabalho.

📌 **Relevância:** Serve de alerta para empregadores que utilizam rastreamento de veículos ou celulares como meio de controle de jornada. A decisão evidencia que a geolocalização, por si só, não é suficiente como prova, sendo necessário adotar sistemas robustos e integrados de controle de ponto para evitar condenações por horas extras.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/4a-camara-afasta-validade-de-dados-de-geolocalizacao-e-reconhece-jornada-alegada-na>

9. Trabalhador ferido em serviço é indenizado por danos morais e estéticos

☞ Empregador foi condenado a indenizar empregado por lesão decorrente de acidente de trabalho, além de danos estéticos.

📌 **Relevância:** Alerta para a responsabilidade objetiva do empregador rural por acidentes e a importância do cumprimento das normas de segurança e dos treinamentos específicos para exercer determinadas tarefas.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/trabalhador-ferido-em-servico-e-indenizado-por-danos-morais-e-esteticos>

10. Motorista não consegue reconhecimento de acúmulo de função

☞ A 7ª Câmara do TRT-15 entendeu que o trabalhador não comprovou o desempenho de tarefas distintas de forma habitual.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça a segurança jurídica para empregadores ao estabelecer que o acúmulo de função só pode ser reconhecido mediante prova clara e consistente da realização habitual. A decisão contribui para evitar passivos trabalhistas baseados em alegações genéricas.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/7a-camara-nega-motorista-pedido-de-acumulo-de-funcao>

11. Município é condenado por omissão em erosão e rede de drenagem

📌 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação de Município para readequar tubulações e pagar indenização por danos morais a proprietário afetado por erosão causada por falhas na drenagem e ligação clandestina de esgoto. A decisão reforçou a responsabilidade objetiva do Poder Público por danos ambientais e a necessidade de medidas preventivas, reafirmando o dever estatal de evitar degradações ambientais mesmo em áreas particulares.

📌 **RELEVÂNCIA:** Destaca o risco de omissões do Poder Público impactarem propriedades rurais e a relevância da fiscalização e manutenção de obras de drenagem para prevenir prejuízos ambientais e econômicos ao produtor.

🔗 [1000600-46.2024.8.26.0201](#)

12. CARF reconhece APP sem exigir ADA para isenção de ITR

📌 O CARF deu parcial provimento ao recurso para reconhecer área de preservação permanente (APP) sem necessidade do Ato Declaratório Ambiental (ADA), aceitando outros documentos como prova. A decisão seguiu jurisprudência do STJ e parecer da PGFN, por se tratar de fato gerador anterior ao novo Código Florestal, porém, mantida a exigência do Valor da Terra Nua arbitrado e a aplicação da multa e juros previstos em lei.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça que, para fatos anteriores a 2012, produtores podem comprovar APP sem ADA, garantindo isenção do ITR com outros documentos técnicos que demonstrem a existência da área ambiental vindicada ao reconhecimento.

🔗 [00013819.723272 2013-31](#)

13. STJ nega responsabilidade subsidiária de órgão ambiental por dano em manguezal

💡 O STJ manteve decisão que afastou a condenação da ADEMA à obrigação de reparar dano ambiental causado por carcinicultura irregular em manguezal. A Corte entendeu que não ficou comprovada omissão relevante do órgão estadual que justificasse sua responsabilidade, destacando que a responsabilização subsidiária exige prova de omissão grave e relação direta com o dano.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reflete a necessidade de demonstração clara de falha na fiscalização para responsabilizar órgãos ambientais, reforçando segurança jurídica.

🔗 [RECURSO ESPECIAL 2163604](#)

14. STJ define que APP de reservatório antigo vale para novas ocupações só se prevista na licença ambiental

💡 O STJ fixou que o art. 62 do Código Florestal consolida apenas ocupações anteriores a 22/7/2008 em reservatórios antigos, sendo assim, para intervenções após essa data, vale a Área de Preservação Permanente fixada na licença ambiental.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça a segurança jurídica a produtores e empreendimentos em áreas de preservação permanente, ao distinguir ocupações consolidadas de novas.

🔗 [RECURSO ESPECIAL 2212676](#)